Universidade brasileira: reforma ou revolução? Atualidade de uma obra fundamental

LEHER, R. Universidade brasileira: reforma ou revolução. Atualidade de uma bora fundamental (Apresentação), FERNANDES, F. Universidade brasileira: reforma ou revolução? 1ª Ed. São Paulo, 2020, p. 11 a 32.

Roberto Leher[•]

Uma obra que segue vibrante, e cada vez mais explicativa, quarenta e cinco anos depois de sua edição original pode ser classificada, com pertinência, no rol dos clássicos. Como é conhecido, Florestan Fernandes era muito criterioso com a elaboração de suas obras, algumas delas escritas ao longo de quase uma década, como "A revolução burguesa no Brasil"[1]. "Universidade brasileira: reforma ou revolução"[2], distintamente, é um livro escrito no calor das batalhas, no caso, pela reforma universitária e contra a ditadura. Exceto o capítulo um, 'O problema da universidade', escrito sob o impacto do golpe empresarial-militar e publicado originalmente em 1965, os demais oito capítulos foram elaborados, em linhas gerais, no simbólico ano de 1968. Entretanto, mesmo o primeiro capítulo é um texto elaborado a quente. A violenta repressão sobre as universidades – vide o caso da UnB, brutal processo demonstrado de modo preciso por Roberto Salmeron[3], e a cassação de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire – foi parte da estratégia do golpe, como é possível comprovar nos registros dos centros de pensamento que estiveram mais ativos na preparação da ruptura institucional, a exemplo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

É inegável que, ao longo de 68, Florestan mergulhou no tema da reforma universitária, em geral em diálogo com estudantes que, a despeito do fechamento político, mantiveram centros acadêmicos como espaços de debates: a maioria dos textos da presente obra serviu de referência para as suas exposições nesses espaços. A efervescência estudantil, contudo, foi utilizada pela ditadura como biombo para o aprofundamento da repressão. No final desse ano, foi editado o Ato Institucional nº 5, e, um pouco depois, em janeiro de 1969, o Decreto 477. Os ataques às universidades, deste então, tornaram-se ainda mais perigosos e carregados de consequências para os trabalhadores da educação, especialmente professores e, evidentemente, para os estudantes. O próprio Florestan seria cassado pelo AI-5.

Por terem sido escritos inicialmente para palestras, conferências e depoimentos nos poucos espaços que resistiam, Florestan Fernandes, no Prefácio da primeira edição (1968), qualificou a obra como uma "contribuição, por modesta e circunstancial que seja, auxilie a melhorar o panorama e a alargar os rumos da reforma universitária". No Prefácio da segunda edição (1978), qualificou o livro "como uma obra menor em minha produção intelectual". Como explicar, então,

o vigor científico e político desses textos que ultrapassam meio século e que justificam sua edição em 2020, ano do centenário de seu nascimento?

Uma característica importante desses ensaios, como é possível constatar pelas notas de Fernandes, é que os textos foram elaborados por meio de cuidadosa reflexão: muitos deles foram objeto de revisões de conferências anteriores, retrabalhados, e foram posteriormente publicados em revistas, pois edição do livro, prevista para 1969, não foi possível em virtude da repressão. Ademais, em virtude do recrudescimento da repressão, Florestan estruturou suas falas a partir de sua condição de sociólogo, por meio de exposições críticas, vincadas pelo rigor técnico e imbuídas de inequívoca responsabilidade científica.

Ressaltar o cuidado com que os textos foram elaborados é necessário. Muitas vezes, uma grande obra não é dimensionada sequer pelos seus autores: os manuscritos da monumental "A Ideologia Alemã" de Marx e Engels (1846), a princípio, estariam destinados à "crítica roedora dos ratos" (efetivamente, algumas páginas foram roídas pelos famintos mamíferos!) como asseverado no Prefácio de "Contribuição para a crítica da economia política" (1859). No caso da obra em tela, ousaria afirmar que, naquele contexto, Florestan não dimensionou, em toda amplitude, o significado do livro para tornar pensáveis os dilemas e potencialidades da universidade brasileira.

O próprio autor pontuou, em Prefácio da 2ª Edição (1978, p. IX-XI), três pontos fortes da publicação, reproduzidos, parcialmente, a seguir:

> É uma contribuição positiva para o estudo da escola superior tradicional, da universidade conglomerada e da passagem necessária a uma universidade nova, que descrevi como 'universidade multifuncional e integrada'... são diagnósticos que servem como ponto de partida para as reflexões críticas.
>
> Tomei muito cuidado em desmascarar as mistificações do pensamento e do comportamento conservadores nessa área. A fábula do lobo com pele de cordeiro não deve ser perdida de vista (....) eles [conservadores] farão o possível para defender sua obra. A perspectiva sociológica de análise foi criadora, nesse plano; ela favoreceu um processo de desmascaramento concreto que é objetivo e que foi comprovado (...) graças ao regime ditatorial. As forças conservadoras e contra-revolucionárias, a partir de dentro da universidade, ou a partir do Estado (...) mostraram o que pretendem, o que defendem e o que são capazes de fazer (...). Elas defendem interesses dos profissionais liberais na universidade – são um cavalo de Tróia. Devemos estar preparados para repudiá-las, condená-las e esmagá-las. Não há aliança possível.

> Temos de refletir, cultural, pedagógica e politicamente, em termos do último quartel do século XX – romper com o passado e pensar criadoramente no futuro que não foi criado, mas, não obstante, precisa ser o nosso ponto de partida. (...) As forças derrotadas tinham uma visão da realidade que não se tornou história, (...), nem por isso tal visão perdeu seu valor e a importância prática de liame entre o presente em devenir e o futuro que deve ser criado nesse presente. Nas ideias e nas soluções que foram postas no índex e condenadas como 'subversivas': elas são o verdadeiro elo entre passado, presente e futuro.

De fato, o histórico, as análises das mistificações e a prospecção do futuro são pujantes, plenos de originalidade, possibilitando o autor a elaborar proposições de imensa importância teórico-política para projetar o futuro das universidades, a democracia substantiva e a economia. Os desafios da passagem da universidade conglomerada, sob égide das escolas profissionais e da ideologia dos profissionais liberais, hodiernamente redimensionados no capitalismo acadêmico, para a universidade multifuncional, seguem sendo, nos dias de hoje, problemas cruciais que interpelam sobre a função social das universidades em um país capitalista dependente, temas que serão retomados adiante.

No final dos anos 1970, quando a 2ª edição foi publicada (1979), estava se configurando o ocaso da ditadura. A redemocratização estava na agenda política da burguesia e, ainda que pontualmente, os trabalhadores estavam em processo de reorganização. Nesse contexto, Florestan alertou: "A revolução democrática emergente nunca se ligará às necessidades educacionais da maioria e aos interesses da Nação como um todo se não tivermos coragem exemplar de varrer a obra do regime ditatorial, que resultou de um conluio do espírito conservador com o controle imperialista de nossa vida cultural, como se poderá atestar através da comissão MEC-USAID e dos dois decretos tutelares do Marechal Castelo Branco" (Prefácio, 1978, XI). Infelizmente, uma tarefa inconclusa, a despeito da chamada abertura democrática após a Constituição de 1988 e de governos liderados por presidentes que se envolveram na oposição a ditadura, como Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff. Como é possível depreender em tempos de governo Bolsonaro, o fato dessa tarefa não ter sido enfrentada, preparou o solo em que germinou o terrível senso comum de que a ditadura foi quando muito autoritária, mas muito positiva para o país e, por isso, os meios ditatoriais teriam justificado seus fins.

É forçoso reconhecer a força de tal proposição: a obra do regime ditatorial não foi varrida; ao contrário, foi deliberadamente silenciada pelos que, no ocaso da ditadura, dentro e fora da universidade, se ocultaram no interior de cavalos de Tróia, estratagema não combatido pelas forças verdadeiramente democráticas. No caso da universidade, o modelo heterônomo de fomento à

pesquisa não foi superado com a radicalidade necessária e os nexos de sua função social com o padrão de acumulação capitalista dependente não foram devidamente investigados e discutidos para abrir as vias da "democracia de participação ampliada, ao lado das classes trabalhadoras e das massas populares, pela transformação dessa democracia numa democracia da maioria e socialista" (Prefácio, 1978, XI).

A atualidade e a profundidade deste livro decorrem do método de análise da universidade, fora do cânone usual de interpretá-la no interior do campo universitário e de seus rebatimentos com o sistema de ciência e tecnologia. Com efeito, ao combater as diretrizes universitárias da ditadura, Florestan não se restringe à crítica ao autoritarismo que sufocava a autonomia universitária (vale lembrar que o autor foi um crítico rigoroso da chamada teoria do autoritarismo, dedicando ao tema uma publicação relevante[4]). Naquele ano, 1968, Florestan sistematizou outra interpretação sobre a "demora cultural", buscando no conceito de capitalismo dependente, elaborado em "Sociedade de classe e subdesenvolvimento" (1968), os determinantes da heteronomia cultural, como sublinhado de modo brilhante por Miriam Limoeiro Cardoso em seu belo estudo sobre a gênese deste conceito[5].

Essa nova problemática o levou a redimensionar o caráter explicativo da "demora cultural" (e ao apego sociopático em relação ao passado), utilizada largamente na análise do significado do Substitutivo Carlos Lacerda [ao projeto de LDB encaminhado por Clemente Mariani no governo Dutra] e de sua aprovação no Congresso e, posteriormente, da sanção presidencial da LDB (Lei 4.024/1961), como é possível depreender de seu alentado livro "Educação e Sociedade no Brasil" publicado em 1966, mas cujos textos sobre o embate em torno da LDB são, na maioria, de 1959-1961. Em meados dos anos 1950, Florestan chegara à conclusão de que os países ditos subdesenvolvidos se caracterizavam pelo ritmo diferencial das mudanças nas várias esferas culturais e institucionais da sociedade, configurando a "demora cultural" e a "dissociação de temporalidades". Não se trata aqui de desinteresse das frações intelectuais com os problemas, mas da falta de meios para inserir a produção do conhecimento em instituições e em processos dotados de dinamismo próprio (Fernandes, 1955, apud Cardoso, 1996, p.102).

Com efeito, em "Sociedade de classes e subdesenvolvimento"[6] e em "A revolução burguesa no Brasil", a "demora cultural" passa a ser pensada em termos de heteronomia cultural – a contraparte do capitalismo dependente. A dissociação das temporalidades característica da "demora cultural" é teorizada à luz da proposição do desenvolvimento desigual do capitalismo no qual tempos históricos desiguais coexistem e se interpenetram. Não se trata mais de "demora cultural": o velho e o novo se complementam e se realimentam. A superação da heteronomia passa ser teorizada de

modo articulado com o enfrentamento do capitalismo dependente. Florestan deixa de conceber a eficácia da dependência cultural como fator capaz de bloquear o desenvolvimento autônomo. O núcleo do problema está no capitalismo dependente que, entretanto, não exclui a questão cultural, mas a redefine no escopo das tensões entre desenvolvimento autônomo e capitalismo dependente.

Munido desses novos repertórios conceituais, então em sistematização, a crítica de Fernandes à ditadura (e à sua política para as universidades) não se limita aos direitos civis liberais-democráticos, mas ao próprio padrão de acumulação que engendra, nutre, aprofunda, a heteronomia cultural e, mais amplamente, os entraves à universidade multifuncional. Daí o nome do livro – "Universidade brasileira: reforma ou revolução?" – e a afirmação do autor de que "não alimento nenhuma 'fé reformista'." (Prefácio, 1968, XIII). "O reformismo exige (...) uma sociedade de estrutura democrática e que tenha possibilidades de preservar ou de aperfeiçoar a ordem social existente por meio de opções coletivas, fundadas no consenso da maioria, e imperativas". Isso não existe no Brasil, observa Florestan. As conexões profundas entre capitalismo dependente, a forma *sui generis* de revolução burguesa no Brasil e a autocracia burguesa bloqueou, e bloqueia, mudanças substantivas na relação entre as classes sociais que fortaleçam, estruturalmente, de modo duradouro, os direitos dos trabalhadores. Por isso, a reforma universitária, na avaliação posterior de Florestan Fernandes (Prefácio, 1978), já não pode ser a consigna para impulsionar a abertura democrática em vias de ser forjada.

O dimensionamento da importância de "Universidade brasileira: reforma ou revolução?" ultrapassa, por conseguinte, as expectativas do próprio autor. Os novos horizontes abertos pelo método de investigação permitem ir mais longe na interpretação dos dilemas da universidade brasileira do que o próprio Florestan supunha. Outros autores, como Bárbara Freitag, fizeram objeções ao teor do livro[7], situando a obra em discussão como um texto de intervenção política, desprovido de validade científica. Conforme Freitag[8], "os textos do socialista romperam com o sociólogo". "Florestan não estará interessado em fazer análises sociológicas corretas (do ponto de vista descritivo), nem em contribuir para a construção de uma nova teoria do capitalismo dependente e sim em promover a *verdadeira* revolução socialista no Brasil" (Freitag, 1987, p. 167). Freitag[9], quase vinte anos mais tarde (2005), reitera que "Para comprovar a minha tese da ruptura epistemológica, apoiei-me na coletânea de textos escritos na primeira fase do acadêmico reformador cujas obras *científicas* "acadêmico-reformistas", inspiradas na sociedade democrática planejada de Mannheim ("Educação e sociedade no Brasil", 1966) e em textos da segunda fase, a do político revolucionário em que Marx é a referência central ("Universidade brasileira: reforma

ou revolução?", 1975 e textos como 'A questão da USP e USP: passado e presente', ambos de 1984)".

Como o próprio Florestan sustentou muitas vezes, a disjunção de sua obra entre, de um lado, as de teor acadêmico, como aquelas escritas antes de ser cassado e, de outro lado, as subsequentes ao seu afastamento compulsório da universidade como textos de teor publicista e socialista, é impertinente. A longa produção teórica de Florestan comporta, seguramente, novas problemáticas científicas e, consequentemente, adensamento de sua recusa à neutralidade ética. Na relação entre teoria e ação, Florestan buscou a "submissão à realidade como meio e não como fim". Como meio, a realidade tem de ser investigada de modo rigoroso e objetivo. "Submissão à realidade como fim define uma posição conservadora" (Cardoso, 1996, p.94).

Dessa forma, quanto mais o sociólogo penetra na compreensão do capitalismo dependente e das particularidades da revolução burguesa no Brasil, mais Florestan recusa as ilusões dos quadros teóricos referenciados na mistificação da ordem social capitalista. A investigação da realidade social exige a compreensão e a explicação dos determinantes da desigualdade social e, por isso, a neutralidade ética é inaceitável. Ao compreender as contradições, a partir da ciência da história, é preciso ver, reparar, sentir a realidade a partir do ponto de vista dos expropriados e explorados: é a indignação com essa injusta realidade que leva o sociólogo a investigar, cientificamente, as correlações de forças e os desafios da transformação da realidade existente. E, na esfera educacional, isso não ocorre apenas em 1968, pois, no início dos anos 1960, Florestan havia se engajado como socialista, de corpo-e-alma, em outro movimento: a Campanha em Defesa da Educação Pública, ainda que sob hegemonia do multifacetado pensamento liberal-democrático (Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, entre outros).

É difícil sustentar que o socialismo em Florestan seja tardio. No plano acadêmico, as motivações socialistas já estavam presentes na pesquisa realizada com Bastide sobre as relações raciais em São Paulo no final dos anos 1950, investigação que envolveu monumental pesquisa empírica. O próprio Florestan reconheceu que "Negros e Brancos em São Paulo" (1959) foi a pesquisa mais importante que fez como sociólogo e como socialista (Heloisa Fernandes[10]). Ademais, os nexos entre "A revolução burguesa no Brasil" e "A integração do negro na sociedade de classes" (1964) são muito estreitos, como propõe Martins no Prefácio da 5ª edição de "A revolução burguesa no Brasil" (2008, p.19): "foi este o seu ponto de partida imediato".

Jose Paulo Netto[11] (1987, p.296) avalia que "A revolução burguesa no Brasil" "está longe de plasmar um corte absoluto com o seu trabalho anterior, efetivado nos marcos da Sociologia". Mas

isso não significa que esta esteja em continuidade linear com a sua produção anterior a meados dos anos 1960. Trata-se, para Netto de uma "síntese original" advinda da produção teórica anterior, que, segue o autor, "parece-me ser justamente a pesquisa da realidade brasileira, alfa e ômega do seu itinerário. É ela que orienta, sob formas e modalidades diferenciadas, toda a sua evolução, desde a opção profissional pela sociologia à pedagogia socialista".

O redimensionamento da relação entre o sociólogo e o socialista é reconhecido por ele mesmo, ao afirmar a sua opção por uma sociologia diferencial ou histórica. A leitura da magistral Introdução a "Marx e Engels" (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 36, Ed. Ática, 1983)[12] permite concluir que a condição de sociólogo marxista não o afastou do rigor científico; ao contrário: são mais de 130 páginas essencialmente dedicadas ao método e à ciência da história. José de Souza Martins, no citado Prefácio à edição de "A revolução burguesa no Brasil", salienta que a análise florestaniana realizada em sua grande obra se vale de densa e esmerada análise histórico-sociológica da formação social brasileira, inovando as análises até então prevalecentes na esquerda brasileira e, mais amplamente, nos estudos históricos e sociológicos.

Em resumo, afirmar que "Universidade brasileira: reforma ou revolução?" é um livro que se afastou da ciência, por ser político e revolucionário, como quer Freitag (1987, 2005), desconsidera que Florestan Fernandes havia forjado, duramente, uma nova problemática, o capitalismo dependente, descoberta que sustenta duas de suas obras de inequívoco reconhecimento científico: "Sociedade de classes e subdesenvolvimento" (1968) e "A revolução burguesa no Brasil" (1975). Suas reflexões sobre a universidade são coetâneas, por conseguinte, de um período em que Florestan Fernandes dedicou enorme concentração no trabalho científico. "Minha participação no movimento da reforma universitária iria intensificar-se e radicalizar-se somente em 1967 e 1968, alterando toda minha perspectiva do assunto"[13]. É justamente a reflexão sobre os dilemas da universidade brasileira a partir dessa nova problemática que torna o livro vivaz meio século após ter sido escrito!

*

Entre as muitas inspirações propiciadas pela leitura deste livro cabe colocar em relevo a discussão sobre a importância civilizatória das universidades no século XX (e, também, no século XXI), o que nos remete à reflexão sobre a função das universidades em um país capitalista dependente.

No Prefácio da 2ª edição, Florestan propugna "o essencial vem a ser a revitalização e a autonomização da universidade como centro de atividade intelectual crítica (extirpar o medo, a confusão e as indecisões ou ambiguidades que se instalaram dentro das estruturas mesmas do mundo acadêmico). [E] criar um novo sopro de renovação e de audácia" (Prefácio, 1978, IX). Suas

palavras ressoam com assustadora atualidade: a universidade, como lugar da ciência, da cultura, da arte tem a responsabilidade de contribuir para 'extirpar o medo, a confusão ...'. No Brasil, e em diversos outros países, está em curso um movimento da extrema-direita que almeja ressignificar a ciência como 'ficção verbal', apagando a busca do conhecimento aproximado do real e, por isso, instaurando um terreno propício ao irracionalismo e ao antissecularismo, situações que, historicamente, aninharam o ovo da serpente do fascismo.

O presente Prefácio foi elaborado nos dias de quarentena em decorrência do Covid-19, na virada de março para abril de 2020. Nada pode ser mais elucidativo da relevância estratégica da universidade pública do que os enfrentamentos dos profissionais de saúde e dos cientistas contra as invencionices presidenciais perigosamente negacionistas. O que está em jogo nesse embate é a ordem de grandeza dos mortos, principalmente das frações mais exploradas e expropriadas do proletariado pela epidemia. Decisões de políticas públicas baseadas em conhecimentos científicos podem salvar milhões de vidas, tanto no que se refere à saúde, como na garantia de condições materiais de vida. Mas não basta lutar para que a universidade seja o lugar iluminista do esclarecimento crítico, isso é crucial, mas insuficiente. Florestan exorta em prol da renovação e da audácia. Novamente, no contexto da pandemia, as universidades não podem se furtar de realizar uma radical crítica ao capitalismo realmente existente, ao desmonte do que é público, à forma de metabolismo com a natureza, sobretudo por meio do agronegócio, às selvagens desigualdades sociais. Em suma, audácia intelectual, em diálogo com os sujeitos das lutas emancipatórias, para idear cenários que motivem as transformações sociais "fora da ordem do capital", a revolução contra a ordem que o livro instiga, sem a qual não haverá Estado capaz de assegurar direitos sociais comuns – saúde, educação, trabalho digno e criativo... – a toda gente.

Importa, especialmente, destacar a função social das universidades para o bem-viver dos povos. Em uma seção especialmente densa e profunda do livro (Capítulo 4), Florestan Fernandes discute o tema então em voga do desenvolvimento, a noção, associada à de segurança, que compõe o fulcro da ideologia da ditadura: desenvolvimento é segurança; o desenvolvimento é o melhor antídoto para combater o avanço do comunismo, nos termos da ideologia da segurança nacional. Para ocultar suas faces mais perversas, a repressão aberta do AI-5, do Decreto 477, da Lei de Segurança Nacional, da tortura e dos assassinatos, essa ideologia foi embalada pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento que ganharam adeptos nas universidades, especialmente em virtude dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que deslocaram consideráveis recursos para determinados grupos de pesquisa nas instituições. Mesmo análises feitas pela esquerda gravitavam em torno do tema do desenvolvimento e da superação do

subdesenvolvimento, sem, contudo, romper com a ideologia do desenvolvimento. Como em "A universidade necessária", de Darcy Ribeiro, que centra na universidade, na pedagogia liberadora, o locus a partir do qual seria possível a transformação da civilização, "a superação da colonização cultural e por novos padrões de autonomia, em todos níveis de organização da economia, da sociedade e da cultura (...) a universidade do terceiro mundo fará a revolução cultural do terceiro mundo (...). Gostaria muito de acreditar nisso. (...) Contudo, não vejo como situar convenientemente as funções criadoras da universidade (...) sem antes ter estabelecido sem vacilações o quadro de referência global" (Fernandes, 1979, p. 263 e segs.).

O tema da função social é pensado no referido capítulo no escopo da problemática do capitalismo dependente e isso faz toda diferença. Como mencionado, aqui sobressai o método que amplia o rol de análise das universidades, mirando, certamente, suas mediações específicas, mas situando-as no capitalismo realmente existente no país. Quando Florestan Fernandes defendeu a ideia da 'universidade multifuncional' a concebeu como "um avanço relativo, porque esse era um artifício para unir vários campos de forças que combatiam o legado da escola superior isolada, com sua impulsão pulverizadora e imobilizadora". A brutalidade contra o intento de uma reforma universitária democratizante permite dimensionar o quanto "essa ideia pareceu arrojada e subversiva para os círculos conservadores, dominantes do aparelho do Estado, nas classes burguesas e na própria, universidade..." (Fernandes, 1979, p. 266). A repressão que fez sangrar as universidades, é preciso lembrar, contou com o apoio ativo de uma inteligência contrarrevolucionária dentro das instituições. Por isso, é necessário reafirmar que o movimento da universidade multifuncional é indissociável da luta contra a ordem do capital. As lições da ditadura parecem ter sido olvidadas em profundidade crescente, ano após ano, desde seu esgotamento em 1988.

Diferente do senso comum prevalecente na universidade brasileira de hoje, a pertinência social da universidade não resulta apenas de sua dinâmica interna – mensuradas, atualmente, por métricas, metas de desempenho, adoção de padrões de organização gerencial – como se fosse possível arrancar de si própria as forças que projetam o seu futuro de 'excelência'. Na análise florestaniana, o sociólogo somente pode partir muito parcialmente dessa perspectiva explicativa. Toda instituição tem mediações particulares, ritmos próprios, entretanto, tais ritmos não são autodeterminados e autossuficientes. A instituição não surge como "o mundo em si e para si, da reflexão pedagógica, mas como realidade histórico-social" (Fernandes, 1979, p.97). Em virtude das especificidades da consolidação do capitalismo monopolista, "a sociedade brasileira não chegou a equacionar o desenvolvimento como o equivalente da revolução dentro da ordem e acelerador da revolução

burguesa nos limites da independência nacional. (...) Nesse escopo surge debate sobre reforma universitária" (Fernandes, 1979, p.107), um debate carregado de ilusões e expectativas que não podem se realizar.

Nesse prisma, o projeto da universidade integrada e multifuncional "não é uma construção artificiosa de intelectuais desarraigados e dissidentes. Ela é uma resposta, a um tempo 'estrutural' e 'histórica', às exigências de um padrão de civilização, cuja assimilação está desencadeando uma revolução econômica, social e cultural na sociedade brasileira" (p.176). É um objetivo político e estratégico: "se prevalecerem as soluções alternativas mais arrojadas e especificamente revolucionárias" (Fernandes, 1979, p.177) inscritas na estratégia da 'revolução contra a ordem'. "O 'desenvolvimentismo', por mais puro e exacerbado que seja, só é revolucionário nos limites em que o novo padrão de desenvolvimento colide com as 'estruturas arcaicas' da sociedade brasileira". Entretanto, segue o autor, "não trará em seu bojo as potencialidades do desenvolvimento educacional e cultural autossustentado" (Fernandes, 1979, p.177).

A universidade multifuncional:

> Tem de exprimir novas concepções educacionais, uma nova mentalidade intelectual e uma nova compreensão das relações da universidade com a sociedade brasileira. Ela traz em seu bojo uma educação voltada para a vida humana nos marcos da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica; uma inteligência inquieta, ativa e responsável; bem como um impulso irredutível à democratização de si mesma, da cultura e da sociedade (Fernandes, 1979, p. 67).

Isso significa, claramente, um enfrentamento ao estado de dependência cultural relativa em favor de um estado de autonomia cultural relativa:

> Uma sociedade nacional, que possa concretizar essa passagem, procura libertar o ensino superior *da determinação a partir de fora*, como parte de um fluxo de relações de dependência; por isso, desloca a ênfase na função difusionista para a de produção original de saber nas instituições educacionais e culturais. Em consequência, não cessa o contato com o exterior e o fluxo concomitante de pessoas, ideias e conhecimentos. O que muda é o caráter desse fluxo, que *tende a ser controlado e gradualmente determinado a partir de dentro*. [...] E também decorre uma mudança substancial da própria pedagogia universitária, que incorpora o ensino aos outros meios de promover consciência e transformação da realidade nacional. (Fernandes, 1979, p.85)

Trata-se, por conseguinte, de um projeto que envolve enfrentamento aos determinantes do capitalismo dependente e requer a constituição de processos culturais antissistêmicos e, evidentemente, financiamento público que, em si mesmo não basta para alterar a situação. Isso significa um compromisso objetivo (não abstrato e idealizado) com

> seus objetivos nacionais e, portanto, para elas o processo interessa na medida em que, através da modernização ou da racionalização do ensino e da expansão da pesquisa científica e tecnológica, elas conseguem melhores condições de participação do fluxo do padrão de civilização de que participam. [...] [Não se trata, pois, de contribuir para a modernização] mas "de produzir um novo padrão intelectual de desenvolvimento educacional 'autônomo'." (Fernandes, 1979, p.166)

A universidade multifuncional e os estudantes. Como salientado, este livro não existiria sem o protagonismo estudantil que é reconhecido por Florestan. A universidade "não é mais nem um privilégio nem um 'dom' intelectual. É uma necessidade social (Fernandes, 1979, p. 76). E, por isso, cabe ao Estado assegurar condições básicas (direitos estudantis) para que os estudantes possam viver a universidade, e ampliar o apoio às famílias desses jovens para que os estudantes não necessitem vender força de trabalho precocemente em condições aviltantes. Tampouco é um lugar em que os estudantes possam ser passivos: requer que "possuam formação avançada para a pesquisa científica e tecnológica de alto nível e de interesse definido para a coletividade". Isso requer relações horizontalizadas e dialógicas com os docentes, rompendo com a concepção arcaica da cátedra, forjando espaços de participação no próprio governo da instituição. Em uma universidade assim caracterizada, com funções construtivas para a superação do capitalismo dependente, o pensamento crítico faz parte do próprio eixo de produção criadora dos estudantes. Como parte da agenda, Florestan considera indispensável "adaptar os prédios escolares a condições mínimas de conforto, que deem aos estudantes a possibilidade de organizar a rotina de sua vida dentro das escolas, onde terão de trabalhar e viver" (p.77). Recomenda o fortalecimento da capacidade de autodeterminação dos estudantes (p.79) que devem ter liberdade de mobilidade entre os cursos (não podemos confinar os estudantes aos muros de uma 'escola'). Em suma, sustenta que o protagonismo estudantil possa realizar um papel construtivo na resolução de tarefas necessárias à universidade multifuncional:

> As mais específicas e marcantes dessas tarefas: reconstruir internamente a universidade (em suas partes, no seu todo e em seu rendimento); as mais complexas e gerais, entre elas: adaptar a estrutura, o funcionamento e o crescimento da universidade brasileira ao papel

> histórico que ela deve ter como fonte de negação e de superação da dependência cultural e do subdesenvolvimento educacional (Fernandes, 1979, p. 165).

Quando foi concebido este livro Florestan provocativamente indagou: reforma ou revolução? Os profundos retrocessos democráticos a partir da destituição ilegítima e ilegal da presidenta Dilma Rousseff e, a seguir, da eleição *sui generis* de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil e, ainda, o exame da agenda do bloco no poder, todas estas manifestações evidenciam que inexistem frações burguesas locais dominantes capazes de encampar, em seu projeto de classe, a universidade comprometida com os problemas nacionais e dos povos, visto que, diante da crise, a saída no capitalismo dependente é sempre autocrática. Em nossos dias, não há como compatibilizar democracia burguesa com pedagogia revolucionária. A pedagogia que se chama "liberal" e "democrática" tornou-se ultrarreacionária na América Latina.

Os ásperos dias de pandemia colocam em evidência a imprescindibilidade das universidades públicas e dos institutos públicos de pesquisa científica e tecnológica. As estratégias de combate ao Covid-19 seriam ainda mais falhas se não fosse possível mapear o código genético do vírus para rastrear sua dispersão no território, elaborar testes rigorosos, estruturar modelos matemáticos muito complexos para projetar sua expansão, testar medicamentos e tratamentos clínicos e por aí vai. Um país sem universidades pulsantes, dotadas de infraestrutura e condições dignas de trabalho e de estudo deixa de ser uma nação para se apequenar como um mercado sob o jugo das corporações. O mesmo pode ser dito sobre outros domínios do pensamento crítico. Florestan Fernandes, que completaria 100 anos em 2020, nos permitiu pensar esses problemas a partir de quadros de referências originais, abertos ao tempo, instigadores de ações estratégicas que são cruciais, no caso brasileiro, mas não apenas no país, para o futuro da vida humana.

O leitor tem em mãos um clássico do pensamento social latino-americano. A sua leitura é um deleite que convoca o engajamento nessas vitais instituições que são as universidades públicas. É, igualmente, uma obra que interpela em prol da pedagogia socialista que possibilite forjar uma vontade nacional popular comprometida com a superação dos determinantes da heteronomia cultural que restringe a capacidade criadora da ciência e de conhecimentos elaborados nas lutas em defesa da abertura de alternativas que impeçam que a barbárie neofascista se converta no cotidiano das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 20

• Roberto Leher, Prof. Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Pesquisador do CNPq, Colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes, http://orcid.org/0000-0002-5063-8753, http://lattes.cnpq.br/6873414697016839, e-mail: leher.roberto@gmail.com

[1] FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil.* Um ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Ed. Globo, 2008 (1ª Ed Rio de Janeiro: Zahar, 1975).

[2] O presente texto utilizou a edição: FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira*: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 2ª edição revista e atualizada, 1979 (1ª Ed., SP: Alfa-Omega, 1975)

[3] SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida*: Brasília 1964-1965. Brasília: Ed. UnB, 1999.

[4] FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo: Hucitec, 1979.

[5] CARDOSO, Miriam L. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/Universidade de São Paulo, v. 10, n. 26, jan./abr. 1996.

[6] FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento.* 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a. (1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968).

[7] . A proposição de uma ruptura epistemológica na obra de Florestan Fernandes no qual o socialismo rompe com a ciência é discutida criticamente em: LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1157-1173, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000400013&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Apr. 2020. https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400013.

[8] FREITAG, Bárbara. Democratização, universidade, revolução. Em D'INCAO, Maria Angela (org.). *O saber militante: Ensaios sobre Florestan Fernandes.* São Paulo/ Rio de Janeiro, Unesp/ Paz e Terra, 1987.

[9] FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes: revisitado. *Estud. av.*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 229-243, Dec. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300016&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 10 abril. 2020. https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300016.

[10] FERNANDES, Heloisa. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista, texto originalmente de 2009, republicado em In: FERNANDES, Florestan. *Brasil: Em Compasso de Espera*, Editora UFRJ, 2011, p. 9-29.

[11] NETTO, José P. A recuperação marxista da categoria de revolução. In: D'INACAO, M.A. *O saber militante*: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: UNESP/Paz e Terra, 1987.

[12] *K. Marx - F. Engels*: história, organização e introdução. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 9-143. (1ª Ed.: 1983)

[13] FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*: quatro ensaios sobre o "poder institucional". 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1977.